

Apelação Criminal nº: **12148-64.2010.8.17.0480 (0323441-5)**

Comarca Origem: Caruaru- 3ª Vara Criminal

Apelante: **Manoel Felipe**

Apelado: Ministério Público do Estado de Pernambuco

Relator: Des. Mauro Alencar de Barros

Procuradora de Justiça Conv.: Dra. Maria Helena da Fonte

Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. ART. 304 DO CÓDIGO PENAL. USO DE DOCUMENTO FALSO. DOSIMETRIA DA PENA. ART. 59 DO CP. DESPROPORCIONALIDADE ENTRE AS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS VALORADAS COMO NEGATIVAS EM RELAÇÃO AO QUANTUM APLICADO. PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE. REDEFINAÇÃO DA PENA-BASE. RECONHECIMENTO DA ATENUANTE RELATIVA À CONFISSÃO ESPONTÂNEA. CONFISSÃO DO ACUSADO UTILIZADA COMO FUNDAMENTOS DA SENTENÇA CONDENATÓRIA. NECESSÁRIA A INCIDÊNCIA DO ART. 65, III, D DO CP. REGIME INICIAL DA PENA. SEMIABERTO. ART. 33 §3º DO CP. RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE. DECISÃO POR UNANIMIDADE.

1. Em análise as circunstâncias do art. 59 do CP, observa-se que o Magistrado a quo fixou a pena-base muito acima do mínimo legal, reportando-se apenas a culpabilidade, a personalidade do réu e os motivos considerados como elementos negativos.
2. Os elementos do art. 59 do CP, questionados pela defesa, foram sopesados em desfavor do apelante, sem nenhuma irregularidade, sendo suficientes para implicar na fixação da pena-base acima do mínimo legal.
3. Todavia, considero que o quantum aplicado não se demonstrou razoável ao caso em comento, já que restou quase no patamar máximo cominado abstratamente. Desta feita, em reexame, fixo a pena-base em 03 (três) ano e 06 (seis) meses de reclusão.
4. Na segunda fase da dosimetria, verifica-se que de fato o apelante confessou o crime e o sentenciante fez uso em sua fundamentação de tal admissão. Sendo assim, deve ser aplicada no presente caso a atenuante prevista no art. 65, inciso III, alínea *d*, do CP. O Superior Tribunal de Justiça coliga desse mesmo entendimento.
5. Quanto ao cumprimento da pena, afirmo que apesar da sanção não ser superior a 04 (quatro) anos de reclusão e não ter o delito sido cometido com violência ou grave

ameaça à pessoa, fixo o regime inicial de cumprimento da pena no semiaberto, em razão das circunstâncias judiciais do art. 59 do CP reconhecidas como negativas, as quais não recomenda um regime mais brando, como requerido pelo recorrente.

6. **Apelo provido parcialmente** apenas para reformar a pena do recorrente para **03 (três) ano e 06 (seis) meses de reclusão** em regime inicialmente semiaberto. **Decisão unânime.**

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Criminal nº **0323441-5** da 3ª Vara Criminal da Comarca de Caruaru/PE, em que figura, como apelante, Manoel Felipe e, como apelado, o Ministério Público de Pernambuco, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao presente recurso, tudo consoante consta do relatório e voto anexos, que passam fazer parte do julgado.

Recife, 27 de maio de 2014.


Des. Mauro Alencar de Barros
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros

4477
A

Apelação Criminal nº: 0323441-5 (12148-64.2010.8.17.0480)
Comarca Origem: Caruaru- 3ª Vara Criminal
Apelante: **Manoel Felipe**
Apelado: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Relator: Des. Mauro Alencar de Barros
Procuradora de Justiça Conv.: Dra. Maria Helena da Fonte
Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

RELATÓRIO

Manoel Felipe, por intermédio de advogado constituído aos autos, interpôs recurso de apelação contra a sentença prolatada pela MM. Juiz de Direito da 3ª vara criminal da Comarca de Caruaru, que julgou parcialmente procedente a pretensão punitiva estatal, para condenar o réu, ora apelante, na pena do **art. 304 do Código Penal (uso de documento falso)**.

Concluída a instrução criminal, o recorrente foi condenado pela prática do crime de uso de documento falso à **pena de 05 (cinco) anos e 06 (seis) meses de reclusão em regime fechado**, além do pagamento de 130 (cento e trinta) dias-multa, no valor de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo por dia-multa.

Inconformado com a prestação jurisdicional, o recorrente apelou à fl.429. Em suas **razões recursais, às fls. 430/438** a defesa pugnou pelo reparo na **dosimetria da pena**, sob o argumento de que o magistrado deixou de considerar as circunstâncias judiciais que lhe são favoráveis e fixou a pena-base próxima ao máximo cominado pelo tipo, que é de 06 (seis) anos de reclusão.

Em seguida afirmou, que apesar de o recorrente ter confessado o crime, o sentenciante não aplicou a atenuante prevista no art. 65, III, "d" do CP. Em razão desses argumentos sustentados, requereu a reforma da decisão monocrática, com a redução da pena-base, fixando-a em 01 (um) ano e 06 (seis) meses e, após, a redução da reprimenda em 03 (três) meses face a atenuante da confissão espontânea, tornando a sanção definitiva em 01(um) ano e 03 (três) meses. Por fim, pugnou o cumprimento inicial da pena no regime aberto.

NA



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros

Contrarrazoando o recurso interposto **fls. 455/459**, o Representante do *Parquet* na Comarca de Origem defendeu o improvimento ao recurso, mantendo-se a decisão de primeira instância em todos os seus termos, sob o argumento que o juiz sentenciante pautou sua decisão nos estritos termos da legislação penal vigente, analisando, minudentemente, os arts. 59 e 68 do CP

Instada a se pronunciar, a douta **Procuradoria de Justiça**, através de parecer da lavra da 14ª Procuradora de Justiça Criminal convocada, opinou pelo **provimento parcial** do apelo no sentido de redimensionar a pena-base, reduzindo-a para 03 (três) anos e 06 (seis) meses de reclusão, mantendo-a definitiva, face a ausência de atenuantes e agravantes, minorantes e majorantes, bem como para alterar o regime inicial para o semiaberto.

É o Relatório.

À Douta revisão.

Recife, 24 de 01 de 2014.

Des. Mauro Alencar de Barros

Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS

484

Apelação Criminal nº: 0323441-5 (12148-64.2010.8.17.0480)
Comarca Origem: Caruaru- 3ª Vara Criminal
Apelante: **Manoel Felipe**
Apelado: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Relator: Des. Mauro Alencar de Barros
Procuradora de Justiça Conv.: Dra. Maria Helena da Fonte
Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

VOTO DO RELATOR

Conheço do recurso, tendo em vista estarem presentes seus pressupostos de admissibilidade.

Como já consignado no relatório, trata-se de apelação criminal contra a sentença prolatada pelo MM. Juiz de Direito da 3ª vara criminal da Comarca de Caruaru, que julgou parcialmente procedente a pretensão punitiva estatal, para condenar o réu, ora apelante, na pena do **art. 304 do Código Penal (uso de documento falso)**.

Consta da denúncia que, na tarde do dia 10 de dezembro de 2010, na sede da DEPOL, Caruaru, o apelante fez uso de documento público falso, qual seja a carteira de identidade, conforme faz prova o laudo documentoscópico e as declarações das testemunhas.

Concluída a instrução criminal, o recorrente foi condenado pela prática do crime de uso de documento falso **à pena de 05 (cinco) anos e 06 (seis) meses de reclusão em regime fechado**, além do pagamento de 130 (cento e trinta) dias-multa, no valor de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo por dia-multa.

Pretende a defesa, através da interposição do presente recurso, o reparo na dosimetria da pena, sob o argumento de que o magistrado deixou de considerar as circunstâncias judiciais que lhe são favoráveis e fixou a pena-base próxima ao máximo cominado pelo tipo, que é de 06 (seis) anos de reclusão. Em seguida afirmou, que apesar de o recorrente ter confessado o crime, o sentenciante não aplicou a atenuante prevista no art. 65, III, "d" do CP. Em razão desses argumentos sustentados, requereu a reforma da decisão monocrática, com a redução da pena-base, fixando-a em 01 (um) ano e 06 (seis) meses e, após, a redução da reprimenda em 03 (três) meses face a atenuante da confissão

M



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS

405

espontânea, tornando a sanção definitiva em 01(um) ano e 03 (três) meses. Por fim, pugnou o cumprimento inicial da pena no regime aberto.

Em que pese não ter sido objeto do recurso, destaco que a **materialidade** do delito narrado na peça acusatória encontram-se perfeitamente demonstradas pela prova pericial que constatou que os documentos eram de origem fraudulenta, sendo que um deles possui inclusive a autenticidade da impressão, contudo é falso quanto ao órgão expedidor, enquanto o outro é falso com relação a impressão, conforme fls. 267/268. Corroborando, a prova técnica, as testemunhas, também confirma a materialidade do delito.

A **autoria** também é inconteste, conforme os depoimentos tomados sob o crivo do contraditório às fls. 365/367 e 424 dos autos.

No que se refere ao objeto do recurso, a alegada inadequação da dosimetria da pena, entendo que tal pleito merece prosperar. Vejamos:

Ao aplicar a pena-base, assim se pronunciou o Douto Magistrado a quo, às fls. 406/407 da sentença:

PROCESSO TRIFÁSICO DE FIXAÇÃO DA PENA. QUANTO AO RÉU MANOEL FELIPE
a) **1ª FASE DA FIXAÇÃO DA PENA** Circunstâncias judiciais (art. 59 do CPB): a.I) **culpabilidade: a culpabilidade ressoa acima do normal, tendo em vista que o réu utilizou-se de documentos falsos para ludibriar os agentes policiais, utilizando o documento inclusive dentro da delegacia, e tendo adquirido o documento já com o conhecimento da ilicitude do mesmo.** a.II) **antecedentes: não constam nos autos informações quantos aos antecedentes do acusado, motivo pelo qual deixo de valorar;** a.III) **conduta social: não há que se valorar quanto à conduta social do sentenciado;** a.IV) **personalidade: na análise da personalidade do agente restou demonstrada que este é propenso à prática de delitos, visto que o mesmo encontra-se atualmente preso pelo cometimento de outro delito, não conseguindo o presente magistrado tomar conhecimento de por qual crime encontra-se preso, haja vista que responde por vários outros processos: 10-65.1993.8.17.1190; 579-20.2006.8.17.0670; 1132-76.2006.8.17.0570; 93-39.2009.8.17.0570; 473.91.2011.8.17.0570; 30215-54.2013.8.17.0001; 498-70.2012.8.17.0570; 632-73.2012.8.17.0190; 55828-13.2012.8.17.0001.** Portando, levando em conta que o acusado tem uma enorme tendência à prática criminosa, valoro sua personalidade negativamente. a.V) **motivos do crime: os motivos do crime são desfavoráveis ao agente, tendo em vista que o sentenciado tinha o intuito de aplicar golpes nesta Comarca.** a.VI) **circunstâncias do crime: quanto às circunstâncias, não há o que se valorar.** a.VII) **consequências do crime: quanto às consequências, não há o que se valorar.** a.VIII) **comportamento da vítima: resta prejudicada. Diante do exposto, fixo a pena base para o delito de uso de documento falso em 05 (cinco) anos e 06 (seis) meses de reclusão e 130 (cento e trinta) dias-multa.** b) **2ª FASE DA FIXAÇÃO DA PENA** - Atenuantes e Agravantes: b.I) **atenuantes: não constam atenuantes a serem analisadas.** b.II) **agravantes: não constam agravantes a serem analisadas.** c) **3ª FASE DA FIXAÇÃO DA PENA** - Causas de diminuição e de aumento de pena: c.I) **causa de diminuição: não há causa de diminuição de pena.** c.II) **causa de**

MY



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS

486

aumento: não há causa de aumento de pena. Portanto, observadas todas as fases de aplicação da pena, fixo a pena definitiva em 05 (cinco) anos e 06 (seis) meses de reclusão e 130 (cento e trinta) dias-multa. Nosso grifo

Verifica-se que ao analisar as circunstâncias previstas no art. 59 do Código Penal, o Magistrado fixou a **pena-base em 05 (cinco) anos e 06 (seis) meses de reclusão, patamar muito próximo ao máximo cominado em abstrato em tipo, que no caso é de 06 (seis) anos de reclusão.**

Como se percebe, a pena-base foi fixada muito acima do mínimo legal, reportando-se o Magistrado apenas a **culpabilidade, a personalidade do réu e os motivos** considerados como elementos negativos.

É bem verdade que o Magistrado não precisa analisar, necessariamente, todas as circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do CP, conforme já decidiu o Supremo Tribunal Federal, todavia, as circunstâncias judiciais utilizadas pelo Juiz para majorar a pena-base acima do mínimo legal devem ser mensuradas concretamente, de modo que a decisão reste devidamente fundamentada, permitindo-se o exercício pleno da ampla defesa.

No caso sob análise, verifica-se que as circunstâncias especificadas na sentença, ora impugnada, encontram-se devidamente fundamentadas.

De fato, em análise ao contido nos autos a **culpabilidade** deve ser considerada como circunstância negativa, pois esta, aferida como a maior ou a menor reprovabilidade da conduta, restou demonstrada em seu mais alto grau, uma vez os documentos falsos para ludibriar os agentes policiais, utilizando os mesmos inclusive dentro da delegacia, mostrando alto nível de afoitamento e desrespeito com as instituições públicas.

Como se observa, o juiz ao analisar a culpabilidade indicou elementos concretamente aferíveis e distintos dos elementos do tipo penal, que deu suporte à sua consideração, o que não ocorreu no caso. Precedentes do STJ:

STJ: HABEAS CORPUS. PENAL. TRÁFICO DE DROGAS. APLICAÇÃO DA PENA. FIXAÇÃO DA PENA-BASE. INIDONEIDADE DA FUNDAMENTAÇÃO JUDICIAL APRESENTADA PARA JUSTIFICAR A ANÁLISE DESFAVORÁVEL DE ALGUMAS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. ORDEM DE HABEAS CORPUS PARCIALMENTE CONCEDIDA. 1. O julgador deve, ao individualizar a pena, examinar com acuidade os elementos que dizem respeito ao fato, para aplicar, de forma justa e fundamentada, a reprimenda que seja necessária e suficiente para reprovação do crime. 2. Não pode o magistrado sentenciante majorar a pena-base fundando-se, tão somente, em referências vagas, genéricas, desprovidas de fundamentação objetiva para justificar a exasperação, como ocorrido, na hipótese, com relação à culpabilidade do agente, aos motivos e às consequências do delito. 3. (...) 4. Habeas corpus parcialmente concedido para, mantida a condenação do Paciente, reformar a sentença de primeiro grau e o acórdão impugnados, tão somente na parte relativa à dosimetria



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS

da pena, nos termos explicitados no voto. (HC 244403/ES. Relatora: Ministra Laurita Vaz. Quinta Turma. DJe 01/02/2013) (grifos nossos).

Os argumentos colacionados na sentença quanto a **personalidade** também encontram alicerce.

Consoante se depreende do excerto transcrito, o magistrado teve por desfavorável a personalidade do ora recorrente, tendo em vista que já se envolveu em vários outros delitos, estando inclusive preso. Nesse contexto, não há falar em equivocada de fundamentação no tocante a essa circunstância judicial que, no caso concreto, está devidamente fundamentada.

Da certidão colacionada aos autos, denota-se, efetivamente, que o recorrente, ao tempo do delito, ostentava ações penais em andamento por vários crimes, como destacou o sentenciante.

Embora cediço o dissenso jurisprudencial quanto ao tema, bem como o teor da Súmula n.º 444 STJ, sem efeito vinculante aos demais órgãos do judiciário, coaduno o entendimento no sentido de que a existência de processos judiciais em andamento relativos a **fatos anteriores ao crime em exame possa configura maus antecedentes ou personalidade voltada ao crime**, permitindo a exasperação da pena-base, sem que haja ofensa ao princípio constitucional da presunção de inocência.

Isso porque a aplicação de aludida orientação não implica antecipar a condenação do acusado por episódio anterior, mas tão somente reconhecer o **caráter desabonador do fato de estar respondendo a processo**, ou de registrar condenação sem trânsito em julgado, deixando, deste modo, de equipará-lo ao réu que nunca foi processado criminalmente.

Além do exposto, para fins de apuração da personalidade do agente, o juiz valer-se do seu contato pessoal com o réu, das informações prestadas pelas testemunhas, laudos psiquiátricos ou quaisquer elementos que denotem, fundamentadamente, ter o autor do delito a personalidade voltada para o crime, *in casu* foi avaliada e fundamentadas tais informações. Sendo possível, assim, pesar em desfavor do recorrente.

Quanto aos **motivos** esse também merecem repugnância por parte desse Tribunal. Como ficou demonstrando aos autos, pois o uso da documentação falsa visava a aplicação de golpes no comércio. O próprio apelante afirmou em juízo, que estava com tal documento para fazer um pacote da operadora CLARO de telefonia, conforme fl. 385 dos autos.

Os demais elementos do art. 59 do CP, questionados pela defesa, portanto, foram sopesados em favor do apelante, como requer a defesa, nada havendo a ser modificado neste aspecto.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS

488

Nesses termos, atente-se para o fato de que a existência de circunstâncias negativas é suficiente para implicar na fixação da pena-base acima do mínimo legal.

Todavia, considero que o quantum aplicado não se demonstrou razoável ao caso em comento, já que restou quase no patamar máximo cominado abstratamente. **Desta feita, em reexame, fixo a pena-base em 03 (três) ano e 06 (seis) meses de reclusão, como bem sugerido pela Douta Procuradora de Justiça.**

Já durante a **segunda fase da dosimetria**, verifico que o juiz sentenciante não reconheceu a atenuante relativa à confissão espontânea, disposta no art. 65, inciso III, alínea "d" do CP, todavia utilizou para fundamentar a sentença a admissão dos fatos feitos pelo recorrente em juízo. Vejamos trecho da sentença:

"No que tange à autoria, há nos autos lastro probatório suficiente para demonstrar a narração ministerial na peça de ingresso. **É certo que os acusados confessaram em sede judicial a autoria do delito, como já foi afirmado supra.** Porém, ainda para confirmar o cometimento do delito, não restando dúvidas quanto à sua incidência, existem testemunhas que prestaram depoimentos congruentes e que são incisivos ao atribuir aos réus o cometimento do delito." (pág 402)

"Tal assertiva encontra respaldo no depoimento do réu MANOEL FELIPE (fl. 425) que afirmou que portava os documentos com o intuito de comprar um pacote da CLARO, obviamente, se a intenção portar o documento falsificado era o de fazer compras, fica evidente que o acusado tinha interesses obscuros para com a operadora." (pág 403)

"Banda outra, **observe-se as confissões de ambos os réus: MANOEL FELIPE** (fl. 425): que são verdadeiros em parte os fatos narrados na inicial; que quando entrou na delegacia não entrou com os documentos na delegacia; que os documentos ficaram dentro de um carro e um cabo os pegou, e quando foi entregar ao depoente, o mesmo disse que o documento era falso; que no documento tinha a foto do depoente, mas o nome era de outra pessoa; que comprou o documento na Praça do Diário para fazer um pacote da CLARO, pois estava com o nome falso; que nunca utilizou o documento falso; que Jose Reginaldo também estava com documento falso; que o depoente veio a Caruaru para comprar um aparelho da CLARO, mas não sabe porque Reginaldo veio a Caruaru; que dentro da carteira do depoente só estava o documento falso, não estando o original." (pág 403)

Dos elementos acima enunciados, verifica-se que de fato o apelante confessou o crime e o sentenciante fez uso em sua fundamentação de tal admissão. Sendo assim, deve ser aplicada no presente caso a atenuante prevista no art. 65, inciso III, alínea d, do CP.

O Superior Tribunal de Justiça coliga desse mesmo entendimento. Recente é o julgado:

REPRIMENDA. CONFISSÃO UTILIZADA PARA EMBASAR A CONDENAÇÃO. CIRCUNSTÂNCIA REDUTORA DO ART. 65, III, D, DO CP. RECONHECIMENTO E APLICAÇÃO QUE SE IMPÕEM. COMPENSAÇÃO COM A REINCIDÊNCIA DEVIDA. COAÇÃO ILEGAL VERIFICADA. CONCESSÃO DA ORDEM

My



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS

DE OFÍCIO. 1. Se a confissão do agente é utilizada como fundamento para embasar a conclusão condenatória, a atenuante prevista no art. 65, inciso III, alínea d, do CP, deve ser aplicada em seu favor, pouco importando se a admissão da prática do ilícito foi espontânea ou não, integral ou parcial, ou se houve retratação posterior em juízo. 2. O novo entendimento da Terceira Seção desta Corte Superior é de que a agravante da reincidência pode ser compensada com a atenuante da confissão espontânea, devendo o julgador atentar para as singularidades do caso concreto (EResp-1.154.752/RS) (STJ , Relator: Ministro JORGE MUSSI, Data de Julgamento: 23/04/2013, T5 - QUINTA TURMA) nosso grifo

Ante o explanado, reconheço a atenuante da confissão espontânea e reduzo a pena o apelante em 03 (três) meses. **Deste modo, resta a fixação definitiva da reprimenda em 03 (três) anos e 03 (três) meses de reclusão.**

Quanto ao cumprimento da pena, afirmo que apesar da sanção não ser superior a 04 (quatro) anos de reclusão e não ter o delito sido cometido com violência ou grave ameaça à pessoa, fixo o regime inicial de cumprimento da pena no **semiaberto**, em razão das circunstâncias judiciais do art. 59 do CP reconhecidas como negativas, as quais não recomenda um regime mais brando, como requerido pelo recorrente.

Art. 33 - A pena de reclusão deve ser cumprida em regime fechado, semiaberto ou aberto. A de detenção, em regime semiaberto, ou aberto, salvo necessidade de transferência a regime fechado § 3º - A determinação do regime inicial de cumprimento da pena far-se-á com observância dos critérios previstos no art. 59 deste Código.

Por fim, observo que réu **JOSÉ REGINALDO FÉLIX DA SILVA**, o qual não apelou da sentença, possui condições similares ao do apelante dos autos. Desta forma, verificando que pesam contra José Reginaldo apenas duas circunstâncias negativas do art. 59 do CP e que o mesmo confessou o delito, **redimensiono de ofício sua sanção em concreto para 03 (três) anos de reclusão, a qual deverá ser cumprida em regime semiaberto.**

Ante o exposto, nos mesmos termos do parecer da Douta Procuradoria de Justiça, voto pelo **PROVIMENTO PARCIAL** ao apelo, para reduzir a pena do recorrente fixando-a em **03 (três) anos e 03 (três) meses de reclusão** a qual deverá ser cumprida em regime inicial semiaberto. E de **ofício** redimensiono a reprimenda do réu **José Reginaldo da Silva** para **03 (três) anos de reclusão**, a qual deverá ser cumprida nos moldes do art. 33, §1º, "b" do CP.

Recife, 22 de 05 de 2014.


Des. Mauro Alencar de Barros

Relator



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE CEP: 50010-040 Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

APELAÇÃO CRIME Nº 0012148-64.2010.8.17.0480 (323.441-5)

COMARCA DE ORIGEM: Caruaru (3ª Vara Criminal)

APELANTE(S): **Manoel Felipe**

APELADO: Ministério Público do Estado de Pernambuco.

RELATOR: Des. Mauro Alencar de Barros.

REVISOR: Des. Antonio Carlos Alves da Silva.

PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: Dra. Maria Helena da Fonte

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

VOTO DE REVISÃO

Trata-se de apelação criminal interposta por **Manoel Felipe** inconformado com a r. sentença de fls. 401/413, que o condenou nas sanções do artigo 304 do Código Penal, às penas de 05 (cinco) anos e 06 (seis) meses de reclusão e 130 (cento e trinta) dias-multa, cada dia na proporção de 1/30 do salário mínimo vigente à data do fato.

Narra a denúncia que no dia 10 de dezembro de 2010, à tarde, Manoel Felipe, juntamente com José Reginaldo Felix da Silva, fizeram uso de documento falso, qual seja, carteira de identidade.

De acordo com a exordial, *"...policiais militares, orientados por informes recebidos, se dirigiram à COHAB I, nesta cidade, a fim de dar cumprimento a mandado de prisão expedido contra Reinaldo Martins dos Santos, o qual está foragido da justiça. Os informes davam conta que ele estaria em um automóvel marca CHEVROLET, modelo CELTA, cor prata, placa MOR-5014, o qual pertence ao segundo denunciado. Consta do procedimento que chegando ao local indicado os policiais encontraram os increpados e havendo suspeita de que estes poderiam está sic) envolvidos com Reinaldo Martins, foram conduzidos à DEPOL a fim de prestarem esclarecimentos à Autoridade Policial. De acordo com o Inquérito Policial, na DEPOL, antes de serem inquiridos, os acusados, ao se identificarem fizeram uso de documentos falsos, tendo o primeiro Manoel Felipe apresentado documento de identidade com o nome de Gilson Bezerra de Lima e o segundo – José Reginaldo – apresentado documento de identidade com o nome de Fabiano Barboza da Fonseca..."* (fls. 02/03).

Após regular instrução, a d. Sentenciante julgou procedente a acusação para condenar os réus Manoel Felipe e José Reginaldo Felix da Silva nas iras do art. 304 do Código Penal.

Inconformado, apelou o sentenciado Manoel Felipe (fls. 429). Em razões recursais (fls. 430/439), requer a redução da pena para o seu patamar mínimo, considerando a favorabilidade de seus antecedentes, da sua conduta social e personalidade. Pugna, ainda, pelo reconhecimento da atenuante da confissão espontânea, devendo a reprimenda restar fixada no patamar de 01 (um) a no e 03 (três) meses de reclusão, a ser cumprida em regime aberto.

O Ministério Público, manifestou-se pelo provimento do apelo (fls. 455/459).



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE CEP: 50010-040 Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

Nesta Superior Instância, a douta Procuradoria de Justiça, em parecer da lavras da Exma Sra. Dra. Maria Helena da Fonte, opinou pelo parcial provimento do recurso, com o fim de redimensionar a pena-base, reduzindo-a para 03 (três) anos e 06 (seis) meses de reclusão, sem o reconhecimento da atenuante da confissão espontânea, alterando-se o regime prisional inicial fechado fixado no **decisum** primevo para o semiaberto (fls. 472/475).

Pois bem.

Conheço do recurso, eis que presentes os requisitos de admissibilidade e processamento.

Não havendo questões preliminares a serem analisadas, passo ao exame de mérito.

Materialidade e autoria delitivas são incontestes, demonstradas via Auto de Apresentação e Apreensão (fls.) e pelo Laudo de Perícia Documentoscópica (fls. 262/274) e prova oral colhida. Aliás, quanto a esse ponto da sentença não se rebela o apelante, pugnando, tão somente, pela redução da reprimenda que lhe foi imposta.

Razão lhe assiste, em parte. É que, como se vê da decisão primeva, o magistrado fixou a pena-base com excessivo rigor, muito embora haja justificativa idônea para aplicá-la em patamar superior ao mínimo legal, senão veja-se.

Como dito, o recurso não discute aspectos vinculados à autoria e materialidade do delito, razão porque, passo, de imediato, à análise da dosimetria da pena fixada pelo Magistrado primevo, assim imposta, *in litteris*:

"...PROCESSO TRIFÁSICO DE FIXAÇÃO DA PENA

QUANTO AO RÉU MANOEL FELIPE

a) 1ª FASE DA FIXAÇÃO DA PENA

Circunstâncias judiciais (art. 59 do CPB):

a.I) culpabilidade: a culpabilidade ressoa acima do normal, tendo em vista que o réu utilizou-se de documentos falsos para ludibriar os agentes policiais, utilizando o documento inclusive dentro da delegacia, e tendo adquirido o documento já com o conhecimento da ilicitude do mesmo.

a.II) antecedentes: não constam nos autos informações quantos aos antecedentes do acusado, motivo pelo qual deixo de valorar;

a.III) conduta social: não há que se valorar quanto à conduta social do sentenciado;

a.IV) personalidade: na análise da personalidade do agente restou demonstrada que este é propenso à prática de delitos, visto que o mesmo encontra-se atualmente preso pelo cometimento de outro delito, não conseguindo o presente



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE CEP. 50010-040 Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

magistrado tomar conhecimento de por qual crime encontra-se preso, haja vista que responde por vários outros processos: 10-65.1993.8.17.1190; 579-20.2006.8.17.0670; 1132-76.2006.8.17.0570; 93-39.2009.8.17.0570; 473.91.2011.8.17.0570; 30215-54.2013.8.17.0001; 498-70.2012.8.17.0570; 632-73.2012.8.17.0190; 55828-13.2012.8.17.0001. Portando, levando em conta que o acusado tem uma enorme tendência à prática criminosa, valoro sua personalidade negativamente.

a.V) motivos do crime: os motivos do crime são desfavoráveis ao agente, tendo em vista que o sentenciado tinha o intuito de aplicar golpes nesta Comarca.

a.VI) circunstâncias do crime: quanto às circunstâncias, não há o que se valorar.

a.VII) consequências do crime: quanto as consequências, não há o que se valorar.

a.VIII) comportamento da vítima: resta prejudicada.

Diante do exposto, fixo a pena base para o delito de uso de documento falso em 05 (cinco) anos e 06 (seis) meses de reclusão e 130 (cento e trinta) dias-multa.

b) 2ª FASE DA FIXAÇÃO DA PENA - Atenuantes e Agravantes:

b.I) atenuantes: não constam atenuantes a serem analisadas.

b.II) agravantes: não constam agravantes a serem analisadas.

c) 3ª FASE DA FIXAÇÃO DA PENA - Causas de diminuição e de aumento de pena:

c.I) causa de diminuição: não há causa de diminuição de pena.

c.II) causa de aumento: não há causa de aumento de pena.

Portanto, observadas todas as fases de aplicação da pena, fixo a pena definitiva em 05 (cinco) anos e 06 (seis) meses de reclusão e 130 (cento e trinta) dias-multa.

...

REGIME INICIAL DE CUMPRIMENTO DA REPRIMENDA

Os réus demonstraram ao curso do feito sua periculosidade, não lhes sendo, até o presente momento, suficientes as medidas estatais de reeducação para fins de seu restabelecimento social. As circunstâncias analisadas foram-lhe por demais desfavoráveis. Desta feita, nos termos do art. 33, §2º, a c/c. §3º do mesmo



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE CEP: 50010-040 Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

dispositivo do Código Penal, determino que o regime inicial de cumprimento da pena seja o fechado.

Ora, a periculosidade do réu Manoel Felipe pode ser facilmente observada quando se analisa a quantidade de processos ao qual ele responde. Quanto ao réu José Reginaldo, note-se que este teve o despautério de enviar um atestado falso para este magistrado, com o intuito de livrar-se de responder à ação penal em curso, demonstrando que também possui uma índole criminosa.

Vale lembrar que ambos portavam os documentos falsos com o intuito de aplicar golpes, além de usá-los para ludibriar os policiais. Ora, se o réu Manoel encontra-se preso pelo cometimento de outros delitos, e o réu José Reginaldo encontra-se também encarcerado porque faltou à audiência obrigatória e apresentou atestado falso, entendo que, se soltos, ao que tudo indica, continuariam a praticar crimes.

Portanto, tendo em vista a periculosidade comprovada dos acusados, e notando que as circunstâncias judiciais foram desfavoráveis aos mesmos, entendo que o melhor regime para que ambos comecem a cumprir as penas a eles cominadas é o fechado..." (fls. 406/409).

O MM. Juiz sentenciante, na fixação da pena-base, ao analisar as circunstâncias judiciais elencadas no art. 59 do Código Penal, entendeu como desfavoráveis ao réu a culpabilidade, a personalidade do agente e os motivos do crime, majorando a básica, desproporcionalmente e desarrazoadamente, em 03 (três) anos e 06 (seis) meses de reclusão.

No tocante à culpabilidade, vejo que o d. Sentenciante acertou ao analisar negativamente tal circunstância judicial, demonstrando concretamente que o acusado, ao tentar ludibriar agentes públicos com o uso de carteira de identidade falsa, dentro de uma Delegacia de Polícia, extrapolou todos os níveis de censurabilidade, demonstrando um absoluto desrespeito às instituições públicas e as normas que regem à sociedade.

No respeitante a circunstância judicial da personalidade, valorada de maneira negativa pelo Magistrado, ao argumento de que **"na análise da personalidade do agente restou demonstrada que este é propenso à prática de delitos, visto que o mesmo encontra-se atualmente preso pelo cometimento de outro delito, não conseguindo o presente magistrado tomar conhecimento de por qual crime encontra-se preso, haja vista que responde por vários outros processos: 10-65.1993.8.17.1190; 579-20.2006.8.17.0670; 1132-76.2006.8.17.0570; 93-39.2009.8.17.0570; 473.91.2011.8.17.0570; 30215-54.2013.8.17.0001; 498-70.2012.8.17.0570; 632-73.2012.8.17.0190; 55828-13.2012.8.17.0001. Portanto, levando em conta que o acusado tem uma enorme tendência à prática criminosa, valoro sua personalidade negativamente"**, deve ser-lhe tida favoravelmente, à míngua de elementos hábeis a aferir, existentes nos autos.

A personalidade do agente, entendida como o seu caráter, a sua índole, deve se apoiar em estudos de psiquiatria, psicologia e antropologia que guardem estreita relação com os traços emocionais e comportamentais que caracterizam o indivíduo na sua vida



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE CEP: 50010-040 Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

cotidiana, sob condições normais, sendo impossível tal diagnóstico com base em uma simples análise perfunctória dos antecedentes criminais do acusado.

A personalidade do agente é uma circunstância sabidamente de difícil aquilatação por um aplicador do direito. É uma questão que está muito mais afeta a outras ciências humanas, tais como a medicina, a psicologia, filosofia ou outra mais especializada. Mas, para ser considerada em desfavor do agente, também há necessidade de prova e, assim como em relação a toda prova, de que o órgão acusador se encarregue de trazer para o processo elementos que possam ser aferidos para poder legitimar a influência dessa circunstância. Sem essa preocupação ou esse cuidado fica muito difícil a sua consideração pura e simples, sem fundamento em fatos ou bases concretas, consoante entendimento esposado pela mais abalizada doutrina. Confira-se:

"Conceito de personalidade: trata-se do conjunto de caracteres exclusivos de uma pessoa, parte herdada, parte adquirida. (...) É imprescindível, no entanto, haver uma análise do meio e das condições onde o agente se formou e vive, pois o bem-nascido, sem ter experimentado privações de ordem econômica ou abandono familiar, quando tende ao crime, deve ser mais severamente apenado do que o miserável que tenha praticado uma infração penal para garantir a sobrevivência. (...) Estímulos e traumas de toda ordem agem sobre ela. (...) São exemplos de fatores positivos da personalidade: bondade, calma, paciência, amabilidade, maturidade, responsabilidade, bom-humor, coragem, sensibilidade, tolerância, honestidade, simplicidade, desprendimento material, solidariedade. São fatores negativos: maldade, agressividade (hostil ou destrutiva), impaciência, rispidez, hostilidade, imaturidade, irresponsabilidade, mau-humor, covardia, frieza, insensibilidade, intolerância (racismo, homofobia, xenofobia), desonestidade, soberba, inveja, cobiça, egoísmo" (NUCCI, Guilherme de Souza. Código penal comentado - São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010, p. 405).

"Personalidade - Deve ser entendida como síntese das qualidades morais e sociais do indivíduo. (...) Na análise da personalidade deve-se verificar a sua boa ou má índole, sua maior ou menor sensibilidade ética-social, a presença ou não de eventuais desvios de caráter de forma a identificar se o crime constitui um episódio acidental na vida do réu" (BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal. Parte Geral 1 - São Paulo: Saraiva, 2010, p. 665).

Outrossim, a existência de inquéritos policiais, ou processos instalados contra o réu não conduz a uma situação de maus antecedentes, ou de personalidade voltada para o crime, porque o reconhecimento nesta circunstância violaria a presunção de inocência, conduzindo a uma exacerbação imprópria da pena. Representando a consolidação deste entendimento, foi editada a Súmula 444 do STJ, que estabelece *in verbis*:

"É vedada a utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena-base".

Nesse sentido, confere-se o precedente do Colendo SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA que culminou com a edição da Súmula:



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE CEP: 50010-040 Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

"HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. DOSIMETRIA DA PENA. FIXAÇÃO DA PENA-BASE. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS. ANTECEDENTES, PERSONALIDADE E CONDUTA SOCIAL. FUNDAMENTAÇÃO EM PROCESSO CRIMINAL EM CURSO. DESCABIMENTO. RECONHECIMENTO. REINCIDÊNCIA. BIS IN IDEM DESCARACTERIZADO. QUANTIDADE DE DROGA APREENDIDA. UTILIZAÇÃO PARA MAJORAÇÃO DA PENA-BASE. POSSIBILIDADE. 1. Afasta-se a alegação de bis in idem, uma vez que, conforme expressamente consignou o acórdão impetrado, a agravante da reincidência foi aplicada em razão de condenação transitada em julgado, pela qual inclusive o Paciente estava em regime semiaberto e o reconhecimento dos maus antecedentes teve por base outro processo criminal, ainda em curso. 2. Contudo, embora não esteja configurada a aludida duplicidade, verifica-se que deve ser modificado o julgado impetrado, tendo em vista que, nos termos de pacífica jurisprudência, processos criminais em curso não podem ser utilizados para valorar negativamente os maus antecedentes (Súmula 444 do Superior Tribunal de Justiça). 3. Igualmente, conforme entendimento desta Corte, inquéritos policiais e ações penais em andamento não podem ser utilizados como fundamento para majoração da pena-base, má conduta social e personalidade voltada para o crime. 4. O art. 42 da Lei 11.343/2006 impõe ao julgador considerar, com preponderância sobre o previsto no art. 59 do Código Penal, a natureza e a quantidade da droga, na fixação da pena-base. Precedentes. 5. Hipótese em que houve a apreensão de 27,5 (vinte e sete quilos e quinhentos gramas) de maconha. 6. Ordem parcialmente concedida, para afastar a valoração negativa dos antecedentes, da conduta social e da personalidade e, em consequência, redimensionar a pena para 9 (nove) anos de reclusão, em regime inicial fechado.(HC 119241/MS - Relª Minª Laurita Vaz - Publ. 23/08/2010).

Assim, a personalidade do apelante não há como ser avaliada através da suma documental emergente dos autos, que não reúne elementos para a averiguação do seu conjunto somatopsíquico.

Quanto aos motivos para o cometimento do delito, tenho que foram desarrazoados, eis que o recorrente utilizou documento falso com o objetivo de tentar ludibriar a Polícia, não deixando de registrar que pretendia usar tal documento para adquirir uma linha de telefonia móvel, assim como fazer um cadastro em uma confecção.

Dessa forma, em virtude da reanálise das circunstâncias judiciais, restando duas aquilatadas como desfavoráveis (culpabilidade e motivos do crime), diminuo a pena base em 02 (dois) anos e 06 (seis) meses, fixando-a em 03 (três) anos de reclusão, bem como pagamento de 15 (quinze) dias-multa.

Quanto ao pedido de reconhecimento da circunstância atenuante da confissão espontânea, penso, neste ponto, não merecer acolhimento.



496

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE CEP: 50010-040 Telex: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

Cediço que a confissão, para atenuar a reprimenda, deve ser, além de voluntária, espontânea, isto é, deve consistir em ato íntimo e desejado, reflexo da própria personalidade do penalmente processado.

Sobre o tema, ensina de Guilherme de Souza Nucci:

A confissão, para valer como meio de prova, precisa ser voluntária, ou seja, livremente praticada, sem qualquer coação. Entretanto, para servir de atenuante, deve ser ainda espontânea, vale dizer, sinceramente desejada, de acordo com o íntimo do agente. (NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Direito Penal. 4.^a ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008. p. 463).

In casu, vê-se que o recorrente, em juízo, foi categórico ao afirmar não ter feito uso da Carteira de Identidade falsificada, senão veja-se:

"(...) que são verdadeiros em parte os fatos narrados na inicial; quando entrou na delegacia não entrou com os documentos na delegacia; que os documentos ficaram dentro de um carro e um cabo pegou, e quando foi entregar ao depoente, o mesmo disse que o documento era falso...; que nunca utilizou o documento falso (...)" (fls. 385/386).

Alias, situação que se repetiu, considerando que o recorrente, em sede embrionária, não admitiu ter feito o uso do documento falso, contrariando a toda evidência do auto de prisão em flagrante.

Dessarte, certo é que essas declarações não foram usadas pelo sentenciante na formação do juízo de culpabilidade do acusado.

Assim, não se reconhece, em favor de Manoel Felipe, a circunstância atenuante da confissão espontânea.

Assim, na segunda fase, ausentes atenuantes e agravantes, bem como causas de aumento e diminuição, na terceira fase, estabeleço as reprimendas definitivas em 03 (três) anos de reclusão, além do pagamento de 15 (quinze) dias-multa.

Mantenho, assim como definido na sentença, o valor unitário do dia-multa em 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente à época dos fatos.

Ante a redefinição da pena privativa de liberdade aplicada em primeiro grau de jurisdição, também face o reexame (favorável, na sua maioria) das circunstâncias judiciais elencadas no art. 59 do estatuto afilativo, fixo, com âncora no disposto no art. 33, § 2.º, "c" do CPB, o regime semiaberto para cumprimento inicial da pena privativa de liberdade imposta ao apelante, atendendo o grau de culpabilidade.

Deixo de substituir a pena privativa de liberdade, bem como conceder a suspensão condicional da pena, em virtude de o apelante não preencher os requisitos previstos no artigo 44 do Código Penal.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE CEP: 50010-040 Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

Diante do exposto, dou parcial provimento ao recurso para reduzir as penas impostas a Manoel Felipe, que fica condenado em 03 (três) anos de reclusão, em regime semiaberto, e 15 (quinze) dias-multa, no valor unitário mínimo, pelo cometimento do ilícito previsto no artigo 304 do Código Penal, mantidas as demais disposições da sentença.

É como voto.

Recife, 27 de Maio de 2014.

Des. **Antonio Carlos Alves da Silva**
Revisor